

# Carta de BELEM



A voz resiste, a fala insiste,  
quem viver verá!

**BELÉM (PA), 8 DE SETEMBRO DE 2019** Documento aprovado pelas/os assistentes sociais participantes do 48º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado entre os dias 5 e 8 de setembro de 2019, em Belém do Pará. Seu conteúdo representa o posicionamento crítico e político do Serviço Social sobre a conjuntura brasileira.

## 'A VOZ RESISTE, A FALA INSISTE, QUEM VIVER VERÁ!'

Aquele 10 de agosto de 2019 estará na memória do Brasil e do mundo como “o dia do fogo”. Dia em que a Amazônia em chamas expôs suas feridas, abertas no meio de sua densa floresta, denunciando os incêndios criminosos da maior reserva de biodiversidade do mundo, proferidos por meio de uma ação “orquestrada” pelos/as representantes do agronegócio.

A Amazônia reflete as chamas da destruição, baseada no saque e na expropriação contínua do grande capital, de suas ricas reservas e bioma, ameaçando a sobrevivência da humanidade, em especial dos povos que vivem da floresta, entre eles quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a partir do dia 10 de agosto, houve um aumento considerável das queimadas nas regiões de floresta. Só em Novo Progresso, município do Sudoeste do Pará, ocorreram 124 registros de pontos de incêndio ativos, o que representou 300% a mais que o dia anterior. Ainda, segundo o Inpe, somente em Rondônia foram registrados 5.442 focos de calor intenso, um aumento de 175%, com relação aos dados de 2018, que totalizaram 1.975 focos.

Essa realidade de terra arrasada, ou melhor, devastada, é expressão do (des)governo Bolsonaro-Mourão, na medida em que seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, tem propagado, em alto e bom som, que os problemas vivenciados na Amazônia

precisam de “soluções capitalistas”; no entanto, é por conta deste modelo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia que a floresta e seus povos vivem verdadeiros tempos de extermínio, que afetarão todos/as.

Esse contexto revela a falência de um modelo político-econômico e socioambiental contrário aos interesses da humanidade. Os criminosos incêndios e os desmatamentos na Amazônia; o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho (MG); as enchentes e alagamentos constantes nas cidades brasileiras; as alterações climáticas são as expressões mais concretas e imediatas de um processo estrutural. Tais “episódios”, que parecem isolados, possuem a mesma determinação, são consequências das insólveis contradições do capitalismo, que, diante da grande crise, expressa a sua face anticivilizatória, a partir de uma direção neocolonial, ultraliberal e neofascista. No Brasil, por ser um país de capitalismo dependente e periférico, com fortes traços coloniais e escravistas, os impactos são bem mais devastadores. Por isso, pensar a defesa e a preservação do meio ambiente passa pela superação do atual modelo de produção predatório, centrado no agronegócio, na mineração e no extrativismo, com base na superexploração do trabalho e das riquezas naturais.

O governo Bolsonaro-Mourão apresenta esse projeto e cumpre a tarefa de recuperar os lucros dos banqueiros/as, latifundiários/as, grileiros/as e grandes empresários/as, consolidando a transferência dos recursos do fundo público dos/as trabalhadores/as para a elite, por meio de medidas como retirar direitos, dismantelar as políticas sociais, desregular e precarizar

o trabalho. Além disso, esse governo põe em risco a nossa soberania nacional, por suas ações antinacionais, antipopulares e antidemocráticas, que concretizam uma relação subalterna e entreguista, particularmente na sua relação com os EUA.

Diante das medidas reacionárias de devastação da biodiversidade e da cultura dos povos originários brasileiros, o Conjunto CFESS-CRESS reafirma os valores ético-políticos de defesa intransigente dos direitos humanos e da luta social em favor da classe trabalhadora, por meio da reflexão crítica, da formação contínua, do trabalho profissional e das lutas sociais.

Dessa forma, a categoria de assistentes sociais se posiciona contrária ao desmonte das políticas sociais, em especial das políticas socioambientais, que se tornaram foco de um projeto societário que prioriza interesses econômicos em detrimento da vida. Reiteramos o nosso compromisso com um projeto profissional e societário contra-hegemônico, que se opõe à exploração capitalista e todo tipo de opressão, exploração e dominação.

Gritamos não ao latifúndio, não à privatização dos recursos naturais, não à pulverização de agrotóxicos, não ao controle das sementes nas mãos de grandes empresas! Defendemos: a reforma agrária como política pública; a função social da terra; a demarcação das terras dos povos originários; a permanência das Unidades de Preservação; e a Amazônia!

**“No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.” Chico Mendes**